

A JUSTIÇA DE DEUS E A JUSTIÇA DOS FARISEUS

Pr. Albino Marks

Retornando para o sermão da montanha encontramos outra declaração de Jesus que revela o segundo foco de Sua argumentação precedente, preparando a mente dos ouvintes para a compreensão de toda a argumentação subsequente: a justiça de Deus. Nessa declaração envolve os que tinham a reponsabilidade do ensino espiritual em Seu tempo, e condena a sua justiça porque rejeitavam ou desconheciam a justiça de Deus: *“pois eu lhes digo que se a justiça de vocês não for muito superior à dos fariseus e mestres da lei, de modo nenhum entrareis no Reino dos céus”* (Mt 5:20, NVI).

Portanto, para compreender a argumentação de Jesus de que não veio para revogar a lei, mas por Sua própria justiça, cumpri-la e engrandecê-la, necessitamos conhecer o fundamento da justiça dos fariseus e mestres da lei, condenada por Jesus.

Analisando toda a argumentação de Jesus em Mateus 5 e em algumas outras circunstâncias, teremos a clara visão do fundamento da justiça dos fariseus: colocavam a ênfase na letra da lei moral, corromperam a compreensão da lei cerimonial, enalteceram com força os mandamentos e os preceitos de homens e a tradição dos anciãos.

Contrastando a justiça de Deus com a dos fariseus. Assentado que veio para cumprir tudo o que Moisés, os Profetas e os Salmos relacionam com a Sua missão, Jesus passa a destacar detalhes mal compreendidos e mal interpretados, confrontando a justiça de Deus com a dos fariseus.

Sexto mandamento. O sexto mandamento moral, recebeu uma interpretação muito corrompida pelos mestres da lei.

Jesus procurando despertar os fariseus e mestres da lei, demonstra a diferença entre a sua justiça e a justiça estabelecida por Deus, para o pecador que aceita a graça, fazendo declarações como estas: *“Ouvistes que foi dito aos seus antigos: Não matarás; [...] Eu, porém, vos digo que todo aquele que [sem motivo] se irar contra seu irmão, [...] proferir um insulto, [...] chamar: tolo”* (Mt 5,20, 21, ARA), já está atentando contra a sua vida e transgredindo a lei.

Para os fariseus e os doutores da lei, um ato somente era considerado pecado quando praticado. Jesus questionou esta interpretação, magnificando a lei, declarando que as intenções no pensamento, o ódio alimentado, os insultos proferidos, a zombaria e o escárnio, são pecados.

João, o apóstolo do amor, compreendia esta dimensão espiritual da lei: *“Quem odeia seu irmão é assassino, e vocês sabem que nenhum assassino tem a vida eterna em si mesmo”* (1Jo 3:15, NVI).

Jesus, em Sua vida cumpriu este mandamento, em todas as Suas manifestações de amor para pecadores culpados. Declarou: *“O ladrão vem apenas para roubar, matar e destruir; eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância”* (Jo 10:10, NVI).

Sétimo mandamento. Outro mandamento da lei moral ao qual Jesus refere, é o sétimo: *“Ouvistes que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: Qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração, já adulterou com ela”* (Mt 5:21, 22, 27 e 28, ARA).

A mesma interpretação que os mestres da lei e os fariseus davam para o sexto mandamento, era considerada válida para o sétimo.

Mais uma vez Jesus questiona a sua compreensão e interpretação da justiça de Deus. Jesus vai ao âmago do espírito do mandamento, declarando que os pensamentos nutridos com ideias pecaminosas e as intenções impuras, são pecados.

Não pode ser diferente, pois, quando o pecador aceita a graça em Jesus, aceita Jesus e tudo o que determina para a conduta no Reino da graça. Ora, se aceitar a Jesus significa que a lei moral é escrita no coração, ou na mente, quando alimentada qualquer ideia pecaminosa, mentalmente ela já está sendo praticada, e a lei está sendo transgredida. Isto significa que Jesus realçou o verdadeiro sentido espiritual da observância da lei moral. Não só acusa como pecado a ação consumada, mas a intensão alimentada.

Os mestres da lei e os fariseus orientavam a sua justiça e conduta espiritual alicerçados na letra da lei, desconsiderando ou rejeitando o seu espírito.

O apóstolo Paulo qualifica esta conduta dos fariseus, tentando observar a letra da lei moral, sem atentar para o seu espírito, como *“zelo que não é iluminado pelo conhecimento”* (Rm 10:2, TEB).

Portanto, quando Jesus declara que é preciso exceder em muito a justiça dos fariseus, para obter a salvação, necessitamos compreender o espírito da lei e dos ensinamentos da palavra de Deus. *“Pois a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais afiada que qualquer espada de dois gumes; ela penetra até o ponto de dividir alma e espírito, juntas e*

medulas, e julga os pensamentos e intenções do coração” (Hb 4:12, NVI).

Jesus condenou como adultério o olhar do homem para uma mulher com intenções impuras. Levanto duas questões para refletir: Quando uma mulher olha para um homem com intenções impuras, é adultério? Quando uma mulher se apresenta com intenções impuras para despertar as intenções impuras do homem, é adultério? Não seria a nossa justiça, bem semelhante à justiça dos fariseus? Apegando-nos à letra, sem discernir o espírito?

“Era crepúsculo, o entardecer do dia, chegavam as sombras da noite, crescia a escuridão. A mulher veio então ao seu encontro, vestida como prostituta, cheia de astúcia no coração. Ela é espalhafatosa e provocadora” (Pv 7:9-11, NVI).

“Pois vocês conhecem os mandamentos que lhes demos pela autoridade do Senhor Jesus. A vontade de Deus é que vocês sejam santificados: abstenham-se da imoralidade sexual” (1Ts 4:2 e 3, NVI).

Jesus cumpriu, sem admitir questionamentos, todos os princípios morais. Declarou em tom de desafio, para os Seus oponentes, que recusavam a justiça de Deus e praticavam a sua própria justiça: *“Qual de vocês pode me acusar de algum pecado?”* (Jo 8:46, NVI).

Quinto mandamento. Em outra oportunidade Jesus lidou com o mesmo problema que orientava a prática da justiça estabelecida pelas leis e tradições dos anciãos e fariseus. Questionaram a Jesus por que os Seus discípulos não lavavam as mãos antes de comer?

Uma prática que, como lei de higiene é louvável e pode evitar muitos problemas de saúde, foi transformada em uma questão fundamental para a salvação. Jesus acusou-os de hipócritas, fundamentando o Seu argumento no profeta Isaías, que condenou os israelitas e judeus de seus dias, pela transgressão dos mandamentos de Deus, mas seguindo a observância rigorosa de regras humanas.

Não respondendo diretamente à pergunta feita, Jesus trouxe para a discussão outra prática de justiça própria dos fariseus, em confronto com a justiça de Deus. Os fariseus estabeleceram a tradição, de que se alguém dedicasse alguma coisa a Deus e ao templo, dizendo: *“isto é Corbã”* (Mc 7:11), estava desobrigado de seu dever filial, em relação ao cuidado para com os seus pais em idade avançada, ou outros problemas que poderiam criar dificuldades para o seu sustento. Em Mateus 15:5, a “Tradução Brasileira”, traduz a justificativa com estas palavras: *“aquilo que eu poderia dar já ofereci a Deus”*.

Assim, carregavam a vida espiritual do povo com cargas pesadas, com as quais visavam auferir lucros exorbitantes para as lideranças, sem transmitir as mensagens do amor e da justiça de Deus. A justiça e o amor de Deus cumulam Seus filhos com a certeza de vida longa e feliz, por assimilar e praticar o amor e a justiça segundo por Ele estabelecido: *“honra teu pai e tua mãe...”*.

Todas as ordens de Deus estão alicerçadas em Seu amor e na Sua justiça, e, portanto, não são pesadas (1Jo 5:3), mas comunicam sentimentos de felicidade e satisfação: *“como são felizes os que andam em caminhos irrepreensíveis, que vivem conforme a lei do Senhor!”* (Sl 119:1, NVI).

A tradição humana se tornara tão forte que anulou a observância do mandamento da lei de Deus e rejeitando a Sua justiça. Assim também a tradição de lavar as mãos cerimonialmente, por estarem impuras pelo contato com pessoas ou coisas, destruiu a compreensão do conceito da pureza moral em todas as suas formas.

Quarto mandamento. Em um dia de sábado, Jesus com os Seus discípulos estavam passando por uma lavoura de cereais, e os discípulos apanhavam espigas e as comiam.

“Os fariseus lhe perguntaram: ‘olha, por que eles estão fazendo o que não é permitido no sábado?’” (Mc 2:24, NVI).

Jesus mais uma vez confrontou a justiça própria dos fariseus, com a justiça de Deus, demonstrando que Deus não coloca fardos pesados e inúteis sobre os Seus filhos, mas com eles se deleita quando participam de Suas bênçãos.

Mandamentos menores: o divórcio. Feitas considerações sobre dois mandamentos da lei moral, em Seu sermão proferido no monte, Jesus avalia a compreensão e interpretação de outros preceitos da lei de Moisés, e que qualifica de mandamentos menores. Toca um ponto muito questionado: o divórcio. Jesus ratifica o direito do divórcio, em apenas uma situação: por imoralidade sexual de uma das partes.

Em certa oportunidade os fariseus testaram o ensino de Jesus. A Sua resposta é muito definida: *“Moisés permitiu que vocês se divorciassem de suas mulheres por causa da dureza de coração de vocês. Mas não foi assim desde o princípio”* (Mt 19:7, 8, NVI).

O preceito do divórcio foi dado não como uma demonstração do amor e da graça de Deus para liberar o pecador, mas *“por causa da dureza de coração”*, do ser humano. Antes do divórcio, todo casal deve ponderar esta

declaração de Jesus. Qual a grande razão para recorrer ao divórcio?

Mesmo assim, a maneira de Jesus tratar com a mulher samaritana, revela que Deus sempre atua para salvar o pecador. Porém, merece destacar, que essa mulher estava vivendo a sua sexta união conjugal, e de acordo com a amorosa repreensão de Jesus, não legalizara essa união, seguindo as determinações da lei de Moisés.

Juramentos. Na lei de Moisés havia também a regulamentação de promessas feitas sob juramento. Jesus orientou que não devemos empenhar a palavra, porque circunstâncias as mais variadas podem dificultar o cumprimento da promessa feita. Devemos ser honestos em nosso falar, sem necessidade de comprometer-nos. No mundo de pecado, as circunstâncias e a nossa vida são incertas. Não temos nenhuma certeza do dia de amanhã. Portanto, o nosso falar deve ser sim ou não. *“O que passar disto vem do Maligno”* (Mt .5:37, NAA).

Pelas declarações de Jesus conclui-se que os mestres da lei e fariseus invocavam o Céu ou a Terra para valorizar suas declarações e sua justiça. Isto é: profanavam o nome de Deus com suas afirmações infundadas. Ou empenhavam a sua cabeça, como dizendo: se não for como estou falando, podem cortar o meu pescoço.

Jesus condenou toda a palavra irrefletida, e muito mais quando era falsa, mentirosa, mas dita como tendo o pleno aval de Deus.

Jesus cumpriu este mandamento menor da lei de Moisés, e ninguém podia condená-Lo por Suas palavras. *“Ninguém jamais falou da maneira como esse homem fala”* (Jo 7:46, NVI). **A Justiça de Deus e a justiça própria.** Quando o moço rico perguntou o que fazer para obter a vida eterna, Jesus disse-lhe que devia obedecer a lei dos Dez Mandamentos. O moço respondeu: *“Mestre, a tudo isso tenho obedecido desde a minha adolescência”* (Mc 10:20, NVI).

O problema do moço não estava na observância dos mandamentos, mas na maneira equivocada de observá-los, buscando obter méritos e justiça própria por sua observância, e em sua vida espiritual dividida. Declarou guardar os mandamentos, mas o seu deus não era o Deus dos mandamentos. Amava as suas riquezas e nelas confiava como a sua completa segurança. Jesus o desafiou a romper com o falso deus e render-se ao Deus dos mandamentos.

Esse moço estava procurando viver a justiça comunicada, sem ter aceito a Jesus como o Senhor de sua vida. Não sentia necessidade da justiça imputada, a fé no

Salvador para obter o perdão, a justificação e a reconciliação, sem apresentar méritos. Por praticar os princípios da lei moral, a justiça comunicada, sem a inteira dependência de Deus, mas como forma de justiça própria, julgava-se seguro da salvação.

Jesus lhe disse que precisava aprender a confiar, amar e depender inteiramente da justiça e da graça do Deus dos mandamentos. Onde se encontrava a proposta para esse moço aprender a confiar na graça de Deus e na justiça pela fé? *“Vá, vende tudo, e segue-me”* (Mc 10:21).

Esse era o problema espiritual dos judeus: confiavam inteiramente na justiça própria para orientar a conduta, mas rejeitavam a soberana liderança de Deus na justiça comunicada pela graça e pelo amor, conduzindo a obediência da fé por amor, e rejeitavam a justiça imputada, a justiça da graça, na morte substituta de Jesus, sofrendo em Si, a condenação da lei, pesando sobre o homem culpado, e que somente este ato de graça, oferece e concede perdão, justificação e reconciliação.

A justiça comunicada orienta a conduta, mas não perdoa e não justifica; é a justiça da lei; somente a justiça imputada perdoa e justifica; é a justiça da graça. Porém, quando aceitamos a justiça imputada, a graça de Jesus, como o nosso Salvador e justificador, é a justiça

comunicada, Jesus como o nosso Senhor e Soberano, a justiça da lei torna-se o caminho da justiça da graça e santifica, porque *“o Senhor é a Nossa Justiça”* (Jr 23:6, NVI).

“Pela fé, você passou a ser de Cristo, e pela fé, deve Nele crescer – dando e recebendo. Você tem de entregar-Lhe tudo – o coração, a vontade, a disposição de servir. Deve se entregar a Ele para então obedecer a todos os Seus mandamentos. Você receberá tudo – Cristo, a plenitude de todas as bênçãos, para habitar em seu coração, ser sua força, justiça e esperança eterna – para que tenha o poder necessário para obedecer” (Caminho a Cristo, p. 70).

Enfatizando o contraste entre a justiça dos mestres da lei e dos fariseus, Jesus ainda disse: *“Se vocês amarem aqueles que os amam, que recompensa vocês receberão. Até os publicanos fazem isso! E se saudarem apenas os seus irmãos, o que estarão fazendo de mais? Até os pagãos fazem isso! Portanto, sejam perfeitos como perfeito é o Pai celestial de vocês”* (Mt 5:46-48, NVI).

A justiça própria é limitada em todos os aspectos. A justiça de Deus é ilimitada e se expande com a prática. A justiça de Deus nos conduz pelo caminho do aperfeiçoamento do caráter à semelhança do caráter de Jesus, porque a justiça de Deus, *“é Cristo em [nós] a*

esperança da glória” (Cl 1:27), “pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer como o realizar, de acordo com a boa vontade dele” (Fp 2:13, NVI).

Portanto, se queremos herdar o Reino necessitamos conhecer e praticar a justiça de Deus. Caminhar na direção da perfeição de nosso Pai celestial, aprendendo com Jesus a amar àqueles que nos odeiam; bendizer àqueles que nos insultam; fazer o bem àqueles que nos aborrecem.

A Glória da Justiça de Deus. É muito mais coerente, aceitar de que o estabelecimento completo do plano da salvação com Sua morte substituta, Jesus não veio anular a lei, “nómos”, a torah”, ou “os *profetas*”, e muito menos, a eternidade e imutabilidade da lei moral, mas sim, confirmá-los. Porque, assim como a lei moral não pode ser anulada, a morte de Jesus também não pôde ser anulada quando Ele rogou ao Pai: “*meu Pai, se for possível, afasta de mim este cálice*” (Mt. 26:39, NVI).

O que Jesus estava dizendo quando pediu ao Pai: “*meu Pai, se for possível, afasta de mim este cálice*”. O cálice era a Sua morte substituta, em cumprimento de Sua missão, tipificada na lei (nómon) e revelada pelas predições dos profetas, sofrendo a sentença da condenação de morte eterna, a segunda morte, por causa de nossa transgressão

da lei, *“a fim de que as justas exigências da Lei fossem plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:4, NVI).

Se é possível oferecer graça sem executar a justiça, *“afasta de mim este cálice”*. Não era possível para Deus anular a justiça da lei moral e revogar a sentença de condenação. Não era possível evitar o cálice da morte substituta de Cristo. Este era o único meio e o único caminho para cumprir a justiça de Deus e salvar o homem por graça imerecida. Morreu o inocente, na execução da justiça, para oferecer graça para o culpado. Imensurável, inesgotável e incompreensível amor! A justiça que revela a graça por amor, proveu a salvação do culpado e a justa exigência da lei moral, a justiça, foi executada e a sua eternidade e imutabilidade confirmada. O Cordeiro de Deus foi morto e a lei cerimonial foi cumprida, porque assim ela o determinava.

O homem pecou, transgredindo a lei. Deus ofereceu a graça, (Gn 3:15), concedendo para o homem a oportunidade de reconciliação. Porém, para tornar a oferta da graça real, a justiça necessitava ser executada. A graça estava revelada no Substituto em quem a justiça seria executada. Executada a justiça, para tornar a graça real, a justiça do Substituto, sem pecado, (2Co 5:21), necessita ser aceita pelo culpado condenado pela lei moral. Não aceitar a justiça do Substituto,

mantém o culpado condenado sob a condenação da lei moral, porque a graça não foi aceita. A graça está à disposição de todos: *“isto é bom e aceitável diante de Deus, nosso Salvador, que deseja que todos sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade”* (1Tm 2:3, 4, NAA). Porém, para torná-la real, a justiça do Substituto precisa ser aceita. Sem este ato de aceitar a justiça do Substituto, nada muda em relação ao culpado.

Antes da glória da ressurreição, era inevitável a batalha sangrenta do Getsêmani e da cruz; antes da proclamação da dádiva da graça, era incondicional executar a sentença da justiça de condenação e o triunfo inquestionável da justiça do Substituto; não era possível afastar esse cálice. *“Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício”* (MM, 2013, p. 249).

O grande engano em relação à graça está no fato: pequei, a graça de Deus me salvou, nada mais preciso fazer. Porém, a graça unicamente é oferecida porque a justiça foi executada primeiro. Se o pecador aceita a graça, mas não reconhece e não aceita a justiça executada no Substituto, a graça continua apenas como oferta. Ela somente se torna dádiva, reconhecendo o nosso pecado, confessando-o e aceitando a justiça do Substituto. A justiça do Substituto nos coloca em harmonia com Deus, com a lei moral, e em paz

com Ele, pela fé, porque a sentença de condenação da justiça foi executada no Substituto. É na execução da justiça da lei moral que a graça se torna dádiva, oferecida pela morte do Substituto.

Jesus orou: *“Se for possível oferecer graça sem executar a justiça, remova de Mim este cálice”*. Era impossível remover o cálice da justiça para oferecer graça.

“Mas o plano da redenção tinha um propósito mais vasto e profundo do que a salvação do homem. Não foi para isso apenas que Cristo veio à Terra; não foi simplesmente para que os habitantes deste pequeno mundo pudessem considerar a lei de Deus como devia ser considerada; mas foi para reivindicar o caráter de Deus perante o universo. Para este resultado de Seu grande sacrifício, ou seja, a influência do mesmo sobre os entes de outros mundos, bem como sobre o homem, olhou antecipadamente o Salvador quando precisamente antes de Sua crucifixão disse: ‘Agora é o juízo deste mundo; agora será expulso o príncipe deste mundo. E Eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a Mim’. João 12:31 e 32. O ato de Cristo ao morrer pela salvação do homem, não somente tornaria o céu acessível à humanidade, mas perante todo o universo justificaria a Deus e a Seu Filho, em Seu trato com a rebelião de Satanás.

Estabeleceria a perpetuidade da lei de Deus, e revelaria a natureza e os resultados do pecado” (PP, p. 64).

“E Eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a Mim”. Quando lemos esta declaração de Jesus, por uma questão natural a aplicamos aos pecadores que seriam atraídos a Jesus. É uma aplicação muito limitada. Jesus olhou para os anjos e os habitantes de outros mundos, que ficaram em dúvida sobre o amor e a justiça de Deus, Entretanto, com a Sua morte, o caráter de Deus foi totalmente vindicado, justificado, Seu amor e justiça plenamente reconhecidos e a perpetuidade da Sua lei proclamada.

O Universo foi atraído a Cristo, morrendo sobre a cruz. Declara João em sua visão profética: *“Então olhei e ouvi a voz de muitos anjos, milhares de milhares e milhões de milhões. Eles rodeavam o trono, bem como os seres viventes e os anciãos, e cantavam: ‘Digno é o Cordeiro que foi morto de receber poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor” (Ap 5:11, 12, NVI).*

“Bem podiam, pois, os anjos se regozijar ao contemplarem a cruz do Salvador; pois embora não compreendessem ainda tudo, sabiam que a redenção do homem era certa e que o universo estava para sempre a salvo. O próprio Cristo compreendeu plenamente os

resultados do sacrifício feito no Calvário. A tudo isso olhava Ele quando exclamou na cruz: ‘Está consumado’” (DTN, p. 764).

O apóstolo Paulo fez declarações poderosas para explicar a justiça e a graça de Deus: *“Deus tornou pecado por nós aquele que não tinha pecado, para que nele nos tornássemos justiça de Deus”* (2Co 5:21, NVI).

Deus colocou o Substituto sem pecado em nosso lugar, tornando-O pecado por nós, e tornou a nós, culpados, justiça por este Seu ato de graça.

“Porque no evangelho é revelada a justiça de Deus, uma justiça que do princípio ao fim é pela fé, como está escrito: ‘o justo viverá pela fé’” (Rm 1:17, NVI).

Esta é a justiça com a qual Deus quer nos envolver, por Sua graça e Seu amor, para que recebamos vida eterna. Esta foi a justiça que Jesus confrontou com os *“trapos imundos”* da justiça própria dos fariseus e mestres da lei (Is 64:6).

No plano da salvação não existe espaço para a justiça própria, a justiça de méritos. Do princípio ao fim, a justiça é pela fé: *“Abraão creu no Senhor, e isto lhe foi atribuído como justiça”* (Gn 15:6, NAA). O primeiro passo no plano da salvação é aceitar a justiça imputada, pela fé.

“Pela fé, Abraão, quando chamado, obedeceu, a fim de ir para um lugar que devia receber como herança; [...] uma pátria superior, isto é, celestial. Por isso Deus não se envergonha deles, de ser chamado o seu Deus, porque lhes preparou uma cidade” (Hb 11:8, 16, NAA).

“Porque Abraão obedeceu à minha palavra e guardou os meus mandamentos, os meus preceitos, os meus estatutos e as minhas leis” (Gn 26:5, NAA).

Pela fé, Abraão creu; pela fé Abraão obedeceu. A caminhada para receber a herança da salvação, é realizada por meio da *“obediência que vem pela fé”* (Rm 1:5, NVI). A jornada no plano da salvação é aceitar a justiça imputada, pela fé; aceitar, praticar e viver a justiça comunicada, pela fé.

É esta experiência da verdadeira justiça pela fé que nos habilita para receber a herança: *“Nós, porém, segundo a promessa de Deus, esperamos novos céus e nova terra, nos quais habita a justiça”* (2Pe 3:13, NAA).

Esta foi a justiça que Jesus veio cumprir, não revogando um í ou um ponto do i, da lei, “nómos”, “torah”, ou os profetas. Se em Sua vida e morte, um dos menores mandamentos, “entolés”, da lei, “nómos”, em todos os seus detalhes, não fosse cumprido, não teríamos o Salvador. Louvemos a Deus, porque para Ele tudo é importante, e nós, miseráveis pecadores condenados, somos o mais

importante: *“Visto que você é precioso e honrado à Minha vista, e porque Eu o amo”* (Is 43:4, NVI).